

## Notas técnicas qualificam atuação e defesa da Classe junto ao TJMG

Ao defender a Magistratura no TJMG, a Amagis passou a agregar informações e estudos que qualificam a atuação e dão sustentabilidade às demandas da Classe. Numa mesma sessão do Órgão Especial, de 26 de outubro, por exemplo, foram aprovados 60 dias de féri-

rias para turma de magistrados e a conversão de tempo de serviço prestado fora do Judiciário para fins de averbação e aposentadoria. Aprovadas após intervenção da Amagis, as iniciativas irão repercutir para toda a Classe.

PÁGINAS 4 E 5

GEORGIA BAÇVAROFF



No lançamento da 26ª edição da revista da Magistratura, que faz tributo aos 50 anos do Clube da Esquina, teve debate, na Amagis, com o compositor Marilton Borges, irmão de Lô Borges, e um dos incentivadores daquele grupo de jovens músicos mineiros, que, desde os anos 70, encanta e influencia gerações.

PÁGINA 27

## Congresso da Magistratura terá participação de palestrantes de renome nacional

PÁGINA 15



Associação fortalece Seccionais  
PÁGINA 3

AMAGIS Saúde!

Plano promove ações de prevenção aos cânceres de próstata e de mama

PÁGINAS 31 E 32

Pauta nacional da Classe é debatida  
PÁGINA 14

Diretoria faz propostas para teletrabalho  
PÁGINA 11



Rua Albita, 194  
Cruzeiro  
Belo Horizonte-MG  
CEP 30.310-160



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp  
(31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



# Justiça Eleitoral vence a mentira, desconfiança e ataques injustos

LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS \*

**M**ais uma vez, reconhecemos aqui a atuação e o intenso esforço da Justiça Eleitoral, de seus magistrados e magistradas e servidores, voluntários, membros do MP e das forças de segurança para que os cidadãos deste País, de cada estado e município pudessem exercer o mais nobre e mais representativo exercício da democracia. Nesse estado democrático, o voto é uma conquista sagrada e precisa ser dado e conferido com segurança, confiabilidade e eficiência.

Esse é o sereno papel da Justiça Eleitoral e das preciosas urnas eletrônicas, tão atacadas e caluniadas por quem trata o direito e a soberania popular como meios inconvenientes e obstáculos ao uso e abuso do poder. Quem não sabe exercê-lo tudo quer corromper para não o perder, mas a Justiça Eleitoral e as urnas são inflexíveis nesse ponto, lembrando sempre que o poder é aquele que vem da vontade popular.

Por mais que queiram, ninguém sabe mais do que o cidadão brasileiro sobre aquilo que é bom para ele e para o País. Podemos até demorar a aceitar isso, mas essa é a principal lição que fica a cada eleição, mesmo que esse ou aquele saia contrariado.

Com o encerramento do período

eleitoral, registra-se a reafirmação da Justiça Eleitoral e das urnas eletrônicas contra as mentiras, fake News, calúnias e difamação. Aos 304 juízes e juízas, anfitriões da democracia, ficam os parabéns e a certeza de que foram os grandes vencedores, pois cumpriram de forma exemplar o papel que lhes foi confiado pelo povo brasileiro, que deu a maior participação da história. Missão cumprida de um trabalho digno de notável respeito mundial.

Aos vencedores e vencidos fica a certeza de que, amanhã, a vida prossegue com a dignidade que o trabalho honesto nos exige. Da mesma forma, confiamos nos princípios democráticos e na grandeza de espírito dos concorrentes e eleitores, que saberão respeitar, ainda que com atraso, a primazia da escolha popular.

Também é hora de seguirmos em frente, com dignidade e com identidade. Por isso, a união será sempre importante. Iremos realizar no final deste mês do primeiro ano da atual gestão nosso 1º Congresso Estadual da Magistratura. Com a presença de todos, faremos história ao reafirmar nossos compromissos sociais, institucionais e constitucionais na direção do aperfeiçoamento.

(\*) Presidente da Amagis



PRESIDENTE  
JUIZ LUIZ CARLOS  
REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA  
Juíza **Rosimere das Graças do Couto**

VICE-PRESIDENTE FINANCEIRA  
Juíza **Roberta Rocha Fonseca**

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE  
Juiz **Jair Francisco dos Santos**

VICE-PRESIDENTE DO INTERIOR  
Juiz **Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro**

VICE-PRESIDENTE  
SOCIOCULTURAL-ESPORTIVO  
Desembargador **Maurício Pinto Ferreira**

VICE-PRESIDENTE DE  
APOSENTADOS E PENSIONISTAS  
Desembargadora **Heloísa Helena de Ruiz Combat**

DIRETORA-SECRETÁRIA  
Juíza **Ivone Campos Guilarducci Cerqueira**

DIRETOR-SUBSECRETÁRIO  
Juiz **Evandro Cangussu Melo**

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO  
Juíza **Daniela Cunha Pereira**

GERENTE DE COMUNICAÇÃO  
**Bruno Gontijo** •  
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS  
**Georgia Baçvaroff** • Mtb - MG: 08441  
**Tiago Parrela** • Mtb - MG: 14634  
**Izabela Machado** • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO  
**Agência Graffo**

DIAGRAMAÇÃO  
**Publicare Design**

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO  
**Imprimaset**

TIRAGEM: 2.100 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

**“Nesse estado democrático, o voto é uma conquista sagrada e precisa ser dado e conferido com segurança, confiabilidade e eficiência”**

## DECISÃO

DIRETORIA ATUA POR FORTALECIMENTO DAS SECCIONAIS DA ASSOCIAÇÃO .03

NOTAS TÉCNICAS QUALIFICAM DEMANDAS DA CLASSE JUNTO AO TJMG .04

AMAGIS REFORÇA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NO TJ, TCE-MG E CNJ .05

APOIO A GESTANTE E PUÉRPERAS É CONQUISTA DA AMAGIS EM PROL DAS JUÍZAS .06

TRE ATENDE À AMAGIS POR MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DE JUÍZES ELEITORAIS .09

AMAGIS REPUDIA ATAQUES MISÓGINOS CONTRA A MINISTRA CÁRMEN LÚCIA .10

TRIBUNAL ANALISA PROPOSTAS DA ASSOCIAÇÃO SOBRE TELETRABALHO .11

AMAGIS DEFENDE DIREITO DA CLASSE CONTRA AÇÃO MUDIÁTICA .12

MAGISTRADOS DEBATEM PAUTAS DA CLASSE COM FUTURO PRESIDENTE DA AMB .14

MINISTRO, SENADOR E FILÓSOFO ESTÃO ENTRE OS PALESTRANTES DO EVENTO .15

MINISTRO FAZ REGISTRO FOTOGRAFICO DA HUMANIZAÇÃO DAS APACS MINEIRAS .16

ENTREVISTA: DESEMBARGADORA ANA PAULA CAIXETA .19

ALBERTO DINIZ INTEGRA GALERIA COMO O 19º PRESIDENTE DA AMAGIS .21

DELEGAÇÃO VISITA AMAGIS POR APRIMORAMENTO DE APAC ARGENTINA .23

## SAÚDE

PRECONCEITO AUMENTA O RISCO DE CÂNCER DE PRÓSTATA .31

AUTOCUIDADO É ALIADO IMPORTANTE NA PREVENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA .32

# Diretoria atua por fortalecimento das Seccionais da Associação

Em continuidade às ações de fortalecimento da representação no interior e na capital, a Diretoria da Amagis inaugurou, no dia 4 de outubro, a sala da 29ª Seccional na Comarca de Contagem (Grande BH). No dia 13, promoveu reunião de forma híbrida (presencial e virtual) com diretores das Seccionais de todo o Estado.

Na inauguração da sala da seccional, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, ressaltou a importância de os magistrados terem um espaço tanto para se confraternizar quanto para ampliar os debates de interesse do Judiciário e da Magistratura.

“O período de pandemia nos mostrou o quão importante é estarmos juntos. Temos essa oportunidade é muito gratificante. Tenho pessoas preciosas que passaram por aqui, entre elas meu pai, juiz Fernando Humberto dos Santos. Conheço todos vocês e é uma emoção inaugurar a Seccional da Amagis em Contagem”, afirmou Luiz Carlos.

Na oportunidade, o presidente da Associação tratou de questões como o direito a benefícios pessoais sobre os subsídios da Magistratura, reconhecido pelo Órgão Especial, a restituição de tributação indevida do imposto de renda e o pagamento de férias não gozadas em razão do acúmulo de serviço, entre outros temas.

Presente na inauguração, o desembargador Tiago Pinto, que foi juiz em Contagem, cumprimentou o presidente Luiz Carlos por sua vocação e dedicação ao associativismo. “O movimento de classe é muito importante porque promove o relacionamento entre os magistrados. Hoje, a Amagis entrega à comarca um lugar de harmonia, tão importante para a atividade do juiz. Por isso, quero parabenizar o Luiz Carlos pela iniciativa e vocação que tem”, afirmou.

Para a diretora da Seccional de Contagem, juíza Luciana Nardoni, a inauguração do espaço representa o reconhecimento da importância da comarca pela Diretoria da Associação. “Estamos muito gratos pela inauguração da Seccional”, disse.

Segundo o diretor do foro de Contagem, juiz Marcos Alberto Ferreira, a ins-

FOTOS: GEORGIA BAÇVAROFF



Magistrados e Magistradas de Contagem celebram a nova conquista



Diretores seccionais de todo o Estado participaram da reunião por meio remoto

talação da sala auxiliará na integração dos magistrados que fazem parte da seccional. “Esta é uma reivindicação antiga e que hoje estamos conseguindo por meio do trabalho desenvolvido pelo nosso presidente Luiz Carlos”, concluiu.

#### REUNIÃO SECCIONAIS

No dia 13 de outubro, a Diretoria da Amagis e representantes das Seccionais de todo o Estado, reuniram-se para alinhar as discussões sobre a defesa dos direitos da Classe, como as recentes tratativas feitas pela Associação com o TJMG, as reuniões como ministros no CNJ e nos

Tribunais Superiores.

Ainda no encontro, Luiz Carlos saudou e reiterou o apoio da Associação ao trabalho dos juízes eleitorais no pleito deste ano. O Congresso da Magistratura Mineira, que será promovido entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro deste ano, também foi pauta da reunião.

No encerramento da reunião, o juiz Carlos Alberto Pereira da Silva, diretor da Seccional de Poços de Caldas (Sul de Minas), ressaltou o trabalho feito pela atual gestão da Amagis, que, de acordo com ele, tem sido muito bem recebido por magistrados de todo o Estado.

# Notas técnicas qualificam demandas da Classe junto ao TJMG

Com o apoio de notas técnicas produzidas, em especial no âmbito da Coordenação de Assuntos Jurídicos e Remuneratórios e do Departamento Jurídico, a Amagis inaugurou nova forma de contribuir e de dar sustentabilidade às demandas da Classe junto ao Tribunal de Justiça. Ao defender pleitos da Magistratura no TJMG, a Diretoria passou a agregar informações e estudos que qualificam a atuação.

Exemplos da eficiência desse modelo foram constatados na sessão do Órgão Especial, realizada em 26 de outubro, quando o Colegiado aprovou duas importantes demandas de magistradas e magistrados mineiros, com repercussão para toda a Classe.

Após analisar uma das exposições de motivos da Associação, o desembargador Adriano de Mesquita conduziu posicionamento favorável à aprovação do direito de 60 dias de férias, referentes ao período aquisitivo do ano de 2020, para a turma de magistrados do concurso de 2018. Depois de sua manifestação, o parecer passou pela Comissão Administrativa e foi aprovado por unanimidade pelo Órgão Especial.

TIAGO PARRELA



Presidente da Amagis apresenta defesa da Classe no Órgão Especial do TJMG

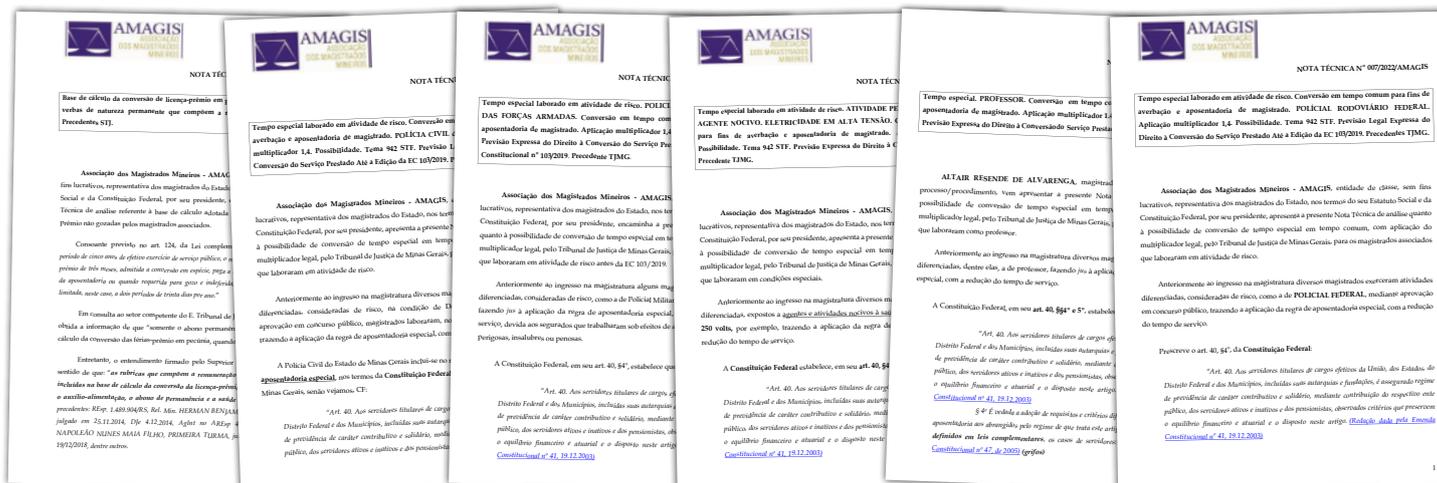
Na mesma sessão, o Órgão Especial aprovou, também por unanimidade, os critérios para a conversão do tempo de serviço prestado por magistrados sob condições especiais para o regime comum, em funções como professor, policial, integrante das Forças Armadas, atividades perigosas e insalubre, entre outras, para fins de

avereção de tempo e aposentadoria.

Com isso, a Associação contribuiu com os trabalhos da Comissão Administrativa do Tribunal com notas técnicas sobre atividades diversas exercidas por magistrados antes do ingresso na carreira, que implicavam riscos para o profissional e garantiam aposentadoria especial.

**“A Associação passou a oferecer um substrato jurídico-científico à Comissão Administrativa e aos desembargadores, para que eles possam analisar as matérias que serão objeto de discussão no Órgão Especial. Além das decisões administrativas, as notas técnicas também são oferecidas para contribuição na redação de normas do Tribunal, projetos de lei, entre outras”**

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos  
Presidente da Amagis



Notas técnicas da Associação elaboradas para a defesa dos direitos da Classe

## DEFESA DA MAGISTRATURA

Ao final dessa sessão, o 1º vice-presidente do Tribunal, desembargador Alberto Vilas Boas, sugeriu que sejam produzidos acórdãos das decisões administrativas, a fim de facilitar maior alcance das decisões e aos magistrados e servidores a fim de solicitar pesquisa e servir de fonte inclusive para as notas técnicas.

Segundo o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o envio das notas técnicas ao TJMG marca nova etapa de atuação da Associação. “Além de fazermos a solicitação das demandas ao TJ, juntamos as notas técnicas ao pedido como forma de contribuir com os trabalhos dos órgãos internos do Tribunal, responsáveis por analisar tecnicamente cada caso, e também dos desembargadores que tomarão as decisões”, avaliou Luiz Carlos.

Com as conquistas obtidas a partir desse novo modelo, o presidente da Amagis

destacou o trabalho dos integrantes das Coordenadorias da Associação, que têm contribuído em diversos temas. “A Associação passou a oferecer um substrato jurídico-científico à Comissão Administrativa e aos desembargadores, para que eles possam analisar as matérias que serão objeto de discussão no Órgão Especial. Além das decisões administrativas, as notas técnicas também são oferecidas para contribuição na redação de normas do Tribunal, projetos de lei, entre outras”, afirmou.

De acordo com o presidente Luiz Carlos, que também ressaltou o trabalho do Departamento Jurídico da Amagis, que hoje tem, como diretor, o desembargador Alberto Henrique Costa de Oliveira, a Associação está pronta para oferecer apoio, por meio de notas técnicas, também ao Legislativo na propositura e análise de projetos.

Para o juiz Lauro Vinicius Nobre de

Abrante, integrante da Coordenadoria, o conhecimento dos magistrados e a troca de ideias entre o grupo são fatores que têm possibilitado a produção de notas técnicas capazes de corroborarem com o trabalho da Associação na defesa dos interesses da Magistratura mineira.

“A Coordenadoria conta com a capacitação técnica e a experiência de magistrados com diferentes linhas de pensamento, o que permite a produção de notas técnicas com elevado grau de cientificidade e prudência, tornando fluida a apreciação pelos órgãos destinatários, potencializando o célere reconhecimento de direitos da Magistratura mineira”, comentou Lauro Abrante.

A coordenadoria também é composta pelo desembargador Fábio Torres de Sousa, a juíza Mônica Silveira Vieira e os juizes Edmundo José Lavinias Jardim e Juarez Moraes de Azevedo.

***“A Coordenadoria conta com a capacitação técnica e a experiência de magistrados com diferentes linhas de pensamento, o que permite a produção de notas técnicas com elevado grau de cientificidade e prudência, tornando fluida a apreciação pelos órgãos destinatários, potencializando o célere reconhecimento de direitos da Magistratura mineira”***

**Lauro Vinicius Nobre de Abrante**

Membro da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos e Remuneratórios da Amagis

## Amagis reforça atuação institucional no TJ, TCE-MG e CNJ

**O desembargador Dídimo Inocêncio de Paula irá acompanhar, em nome da Amagis, a movimentação de questões referentes aos interesses da Classe no Departamento de Recursos Humanos do TJMG, no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e no CNJ.**

A colaboração do magistrado, que aceitou o convite prontamente, foi definida durante reunião da Diretoria da Associação, realizada no dia 14 de outubro. Na ocasião, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, agradeceu ao desembargador por contribuir com a defesa dos interesses da Magistratura mineira.

“São questões caras à Magistratura que serão acompa-

AMAGIS



**Diretoria reúne-se com o desembargador Dídimo Inocêncio**

nhadas de perto pela Amagis e pelo desembargador Dídimo Inocêncio, magistrado de ampla experiência com relação aos temas que estão sendo

tratados”, afirmou o presidente Luiz Carlos.

Participaram da reunião, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere

das Graças do Couto, o vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco dos Santos, e o gerente do Departamento Jurídico, José Eduardo Vecchi.

# Apoio a gestante e puérperas é conquista da Amagis em prol das juízas

Em uma conquista importante para as magistradas mineiras, o TJMG, considerando proposta apresentada pela Amagis, instituiu, no dia 5 de outubro, o programa de apoio à magistrada gestante e puérperas na Justiça de primeiro grau de Minas Gerais, regulamentada por meio da Portaria Conjunta 1.398/PR/2022.

A proposição foi elaborada, inicialmente, no âmbito da Coordenadoria Amagis Mulheres, a partir de sugestão da juíza Sophia Goreti Rocha Machado, diretora do Foro da Comarca do Serro (Jequitinhonha) durante uma roda de conversa promovida por esse colegiado. A minuta, formalizada ao TJMG em 16 de maio, foi finalizada em trabalho conjunto realizado pela Diretoria da Associação.

Segundo a juíza Roberta Chaves, diretora da Coordenadoria Amagis Mulheres, a criação do programa de apoio representa um importante avanço, não só para as magistradas gestantes ou puérperas, mas também para os jurisdicionados, advogados, promotores e servidores. “A cooperação, pelo Programa Justiça Eficiente (Projef), permitirá uma concentração de esforços, realizado por juízas e juízes, minimizando os prejuízos de uma comarca na qual a magistrada está de licença maternidade”, avaliou.

**“A cooperação pelo Projef permitirá uma concentração de esforços, realizado por juízas e juízes, minimizando os prejuízos de uma comarca na qual a magistrada está de licença maternidade”**

**Juíza Roberta Chaves**

Diretora da Coordenadoria Amagis Mulheres

Para a juíza Sophia Machado, a iniciativa, que é vinculada ao Projef do TJMG, é ao mesmo tempo eficaz e inovadora, na medida em que concilia a necessidade de se manter o bom funcionamento da unidade jurisdicional, e propicia mais tranquilidade para a juíza retornar ao trabalho com os desafios da maternidade.

“Quando a magistrada retorna, ela não é mais a mesma de antes. Está ali uma juíza que nasceu mãe recentemente, em fase de adaptação com a rotina do bebê que, muitas vezes, ainda amamenta”, comentou a juíza Sophia Goreti Rocha Machado.

Na avaliação do presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, ao instituir o programa de apoio, o TJMG demonstrou sensibilidade com as necessidades das magistradas mineiras. “O Tribunal reconheceu a importância desse período tão humano e sensível das mulheres, que agora poderão contar com a colaboração institucional para que possam exercer a maternidade de forma tranquila, sem afetar a entrega da prestação jurisdicional”, afirmou.

A vice-presidente Administrativa, Rosimere das Graças do

**“Quando a magistrada retorna, ela não é mais a mesma de antes. Está ali uma juíza que nasceu mãe recentemente, em fase de adaptação com a rotina do bebê que, muitas vezes, ainda amamenta”**

**Sophia Goreti Rocha Machado**

Diretora do Foro da Comarca do Serro

## CRONOLOGIA

### 16 de maio

TIAGO PARRELA



**Diretoria da Amagis formaliza proposta de criação do programa de apoio às magistradas gestantes e puérperas ao então presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes.**

### 12 de julho

GEORGIA BACVAROFF



**Criação do programa foi um dos pontos de pauta da primeira reunião da Diretoria da Amagis com o atual presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho.**

### 26 de setembro

TIAGO PARRELA



**Em novo encontro entre a Diretoria da Associação e o presidente do Tribunal, a vice-presidente Administrativa, juíza Rosimere do Couto, representando o presidente Luiz Carlos, reitera a solicitação da criação do programa.**

## DEFESA DA MAGISTRATURA

Couto, ressaltou o trabalho da Amagis Mulheres, que tem integrado ainda mais as juízas ao associativismo mineiro. Segundo ela, a medida representa avanço e reconhecimento das magistradas e maior compreensão do Tribunal sobre a condição feminina.

De acordo com a portaria, a atuação dos magistrados e magistradas cooperadores nas circunstâncias indicadas na portaria ensinará a incidência de dias de crédito para compensação, conforme defendido pela Amagis.

**“O Tribunal reconheceu a importância desse período tão humano e sensível das mulheres, que agora poderão contar com a colaboração institucional para que possam exercer a maternidade de forma tranquila, sem afetar a entrega da prestação jurisdicional”**

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos  
Presidente da Amagis

### PORTARIA CONJUNTA Nº 1.398/PR/2022

PIXABAY



**Art. 1º** – Fica instituído o programa de apoio à magistrada gestante e lactante, com o objetivo de fomentar o regime de cooperação nas unidades jurisdicionais do Poder Judiciário de Minas Gerais, durante o período de licença maternidade, e de evitar a sobrecarga de trabalho no período subsequente.

**Parágrafo único.** A inclusão da unidade judiciária no regime de cooperação estabelecido por esta Portaria será solicitada pela magistrada gestante ao Juiz Auxiliar da Presidência responsável

pelo Programa Justiça Eficiente (Projef 5.0) ou ao Superintendente Administrativo Adjunto, mediante envio de requerimento, via processo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

**Art. 2º** – A implementação da cooperação de que trata esta portaria será efetivada conforme a disponibilidade de magistrados e magistradas, mediante designação para responder ou cooperar com a unidade judiciária solicitante, realizando audiências e sessões do Tribunal do Júri, bem como proferindo despachos, sentenças e outros atos judiciais, ainda que por meio remoto.

**§ 1º** – A cooperação será pres-

tada a partir do oitavo mês de gestação, permanecendo até 3 (três) meses após o término da licença maternidade, como incentivo à amamentação.

**§ 2º** – A critério da magistrada gestante solicitante, as regras desta Portaria poderão ser aplicadas em período de eventual licença saúde vinculada ao estado gravídico.

**Art. 3º** – A atuação dos magistrados e magistradas cooperadores nas circunstâncias indicadas nesta Portaria ensinará a incidência de dias de crédito para compensação prevista na resolução do Órgão Especial no 945, de 13 de novembro de 2020.

### EU LEIO O DECISÃO

**D**evo ter do primeiro ao último exemplar do DECISÃO, pois sempre guardo o jornal. Ele tem uma importância muito grande, porque por meio do DECISÃO nós podemos acompanhar a vida associativa, nos informar sobre a carreira dos magistrados, e ler matérias bastantes interessantes. O jornal é o porta-voz da Diretoria da Amagis.

Desembargador Paulo Mendes Alvares

ROBERT LEAL/TJMG



## O NUTRIS MERECE O SEU APOIO!

O Nutris, entidade social mantida pela Magistratura mineira e que atende a cerca de 200 crianças de famílias com baixa renda em Belo Horizonte, está ampliando seu espaço físico para receber mais crianças a partir de 2019. Mas, para isso, precisa e merece receber seu apoio e contribuição!

Para saber como ajudar, entre em contato:

No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

Na Amagis: (31) 3079-3471 (Falar com Ariane)



# ENCONTRO DA MAGISTRATURA MINEIRA

O Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, e o Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, convidam para o Encontro da Magistratura Mineira 2022.

## Data

03 de dezembro de 2022

Às 21 horas

## Local

Mix Garden

(Rua Projetada, 65 – Jardim Canadá - Nova Lima - MG)

Haverá serviço de manobrista

Compre seus convites:



ou pelo site:

[www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

**Venda de convites -** Valor: R\$ 250,00

**1º lote: Até o dia 18 de outubro** exclusivamente para associados(as) e um(a) acompanhante. Em razão de segurança e logística, os ingressos são nominais e intransferíveis. Por isso, será necessário, no ato da compra, ter em mãos os números de CPF do titular e dependentes.

**2º lote: De 19 de outubro a 10 de novembro**, exclusivamente para associados e até 4 dependentes.

**3º lote: A partir de 11 de novembro**, apenas se houver ingressos disponíveis, a venda será aberta para convidados. As vendas serão feitas exclusivamente on-line pelo site [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br).

**Mais informações: (31) 3079-3499 ou [eventos@amagis.com.br](mailto:eventos@amagis.com.br)**

\*Convites nominais e intransferíveis.

Show com Biquini Cavado



## DEFESA DA MAGISTRATURA

### PROMOÇÃO E REMOÇÃO

# TRE atende à Amagis por movimentação na carreira de juizes eleitorais

O TRE-MG atendeu à solicitação da Amagis, formalizada pelo presidente Luiz Carlos Rezende e Santos, no dia 7 de outubro, junto ao presidente do TRE-MG, desembargador Maurício Soares. Em seguida, enviou ofício ao presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, propondo que fosse fixado o dia 1º deste mês como data possível para promoções e remoções de juizas e juizes no exercício da função eleitoral.

No documento, o presidente da Associação observou que não haveria procedimento afeto à competência jurisdicional do juiz de primeiro grau no pleito realizado no dia 30 de

outubro, uma vez que, em Minas Gerais, foi realizada apenas votação para o cargo de presidente da República.

“Na condição de presidente da Amagis, e a fim de evitar danos às juizas e aos juizes eleitorais e, sobretudo, com fins na absoluta ausência de prejuízo às respectivas atribuições afetas ao cargo, venho requerer que seja fixado no dia 1º de novembro de 2022 como data possível para promoções e remoções de magistradas e magistrados no exercício da função eleitoral”, afirmou Luiz Carlos no ofício.

Participaram da reunião, o vice-presidente e corregedor-

GEORGIA BACVAROFF



Diretoria entrega ofício a Maurício Soares e Boccalini

-eleitoral, desembargador Octavio Boccalini, que também é diretor de Patrimônio da Amagis, a juíza Rosimere do Couto, vice-presidente Administrativa

da Amagis, juiz Auro Aparecido Maia, ouvidor da Associação, e o desembargador Alberto Alberto Henriques Costa de Oliveira, diretor Jurídico da Amagis.

## MORAR. TRABALHAR. INVESTIR.

PARA CADA MOMENTO, A EPO  
TEM O IMÓVEL IDEAL PARA VOCÊ.

Desde 1992, o nosso propósito é **construir soluções inovadoras** para melhorar a ocupação urbana e **transformar vidas** com projetos marcados pela excelência e pelo comprometimento do nosso trabalho.

São mais de **400 empreendimentos** e **1,5 milhão de m<sup>2</sup>** construídos com inteligência construtiva e engenhosidade.

Confira o nosso **desconto do ITBI exclusivo\*** para você que é associado e deseja adquirir um produto EPO.

\* Consulte as condições válidas até 31/12/2022



KLASH

EPO. Soluções inovadoras em  
empreendimentos imobiliários.

CONHEÇA MAIS SOBRE A EPO:

☎ (31) 99678-4422 🌐 [epo.com.br](http://epo.com.br)



## DEFESA DA MAGISTRATURA

DISCURSO DE ÓDIO

# Amagis repudia ataques misóginos contra a ministra Cármen Lúcia

**Em nota de repúdio, no dia 22 de outubro, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, qualificou como covardes e repugnantes os ataques misóginos dirigidos à ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do STF e do TSE, pelo ex-presidente do PTB Roberto Jefferson.**

No documento, Luiz Carlos afirmou ser necessário dar um basta à escalada de insultos e agressões antes que o discurso de ódio seja normalizado. O magistrado ressaltou a gravidade dos ataques contra Cármen Lúcia, ministra conhecida

por sua integridade, qualificação técnica e que honra as mais elevadas tradições de Minas Gerais, seja por divergência com suas decisões e contra sua independência judicial ou, ainda mais grave, por ser uma mulher e uma cidadã.

“A independência dos Poderes é garantida e estabelecida como cláusula pétrea pela Constituição Federal. Insultos, calúnias e difamações estão tipificados criminalmente contra a honra e devem ser tratados perante os limites e rigor das leis”, disse o presidente da Amagis.

Junto com as entidades democráticas, a Amagis condenou os ataques promovidos pelo ex-deputado federal, e reiterou ser imperioso que as instituições reajam sob o risco de incentivar uma sociedade ainda mais violenta. “A Amagis está à disposição da ministra, com quem se solidariza, para tomar todas as providências institucionais necessárias ao combate à intolerância, à violência, ao ódio, à discriminação e à misoginia que são atentatórios à dignidade de todas as mulheres”, afirmou Luiz Carlos.

### NOTA DA ASSOCIAÇÃO



#### Amagis manifesta repúdio a ataque odioso e misógeno contra a ministra Cármen Lúcia

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) faz coro com as entidades democráticas e responsáveis para condenar, com absoluto repúdio, os covardes e repugnantes ataques misóginos dirigidos à ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do STF e do TSE, pelo ex-presidente do PTB Roberto Jefferson.

É chegada a hora de dar um basta antes que normalizem o discurso de ódio e essa escalada de insultos e agressões contra uma ministra de elevada honradez, qualificação técnica e que honra as mais elevadas tradições de Minas Gerais, apenas por divergência com suas decisões e contra sua independência judicial ou, ainda mais grave, por ser uma mulher e uma cidadã.

A independência dos Poderes é garantida e estabelecida como cláusula pétrea pela Constituição Federal. Insultos, calúnias e difamações estão tipificados criminalmente contra a honra e devem ser tratados perante os limites e rigor das leis.

Junto das entidades do mundo civilizado, a Amagis está à disposição da ministra, com quem se solidariza, para tomar todas as providências institucionais necessárias ao combate à intolerância, à violência, ao ódio, à discriminação e à misoginia que são atentatórios à dignidade de todas as mulheres. É imperioso que as instituições reajam sob o risco de incentivar uma sociedade ainda mais violenta.

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos  
Presidente da Amagis

# ENERGIA RENOVÁVEL E MAIS BARATA.



**ECONOMIZE ATÉ 20% NA  
SUA TARIFA DE ENERGIA.<sup>1</sup>**



**SEM INVESTIMENTOS E SEM  
OBRAS EM SEU IMÓVEL.**



Garanta seu desconto:  
**EVOLUAENERGIA.COM.BR/AMAGIS**

**E**  
**EVOLUA**  
ENERGIA

<sup>1</sup>Consulte condições no site.

# Tribunal analisa propostas da Associação sobre teletrabalho

O TJMG está analisando as propostas da Magistratura mineira sobre o teletrabalho, entregues, no dia 11 de novembro, à superintendente de Gestão do Trabalho a Distância e de Apoio à Prestação Jurisdicional, desembargadora Luzia Peixôto. A Amagis foi representada pela vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere do Couto, e pelo vice-presidente Sócio-cultural-Esportivo, desembargador Maurício Pinto Ferreira, que presidiu a comissão da Associação responsável por sistematizar as sugestões da Classe.

Ao todo, foram entregues 13 propostas pela Amagis à Resolução 973/2021, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do TJMG, mais a versão final do texto que consolida as sugestões da Classe. O desembargador Maurício Ferreira agradeceu à participação de juizes e juízas

pelo envio das observações e ressaltou a importância da gestão compartilhada para o fortalecimento da Associação.

A juíza Rosimere do Couto disse que a Amagis está sempre pronta a receber as colaborações de todos os magistrados e a dialogar com o Tribunal. A desembargadora Luzia Peixôto afirmou que as contribuições da Associação são de grande relevância, pois expressam a percepção da Classe sobre o teletrabalho.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende, agradeceu o envio das propostas pelos associados e ressaltou o trabalho dedicado dos integrantes da Comissão, que resultou em documento detalhado, capaz de atender aos anseios da Magistratura.

#### PROPOSTAS

Entre as propostas apresentadas pela Amagis ao TJMG,

TIAGO PARRELA



Maurício Ferreira, Rosimere do Couto e Luzia Peixôto

estão a definição dos objetivos do teletrabalho, diferenciação de teletrabalho ordinário e extraordinário, faculdade de ausentar-se da comarca e a enumeração explícita dos deveres dos magistrados que atuam em regime de teletrabalho.

O texto sugerido pela Associação também incluiu

questões como requisitos e extensão do teletrabalho extraordinário ao magistrado com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, por recomendação fundamentada do Gabinete de Segurança Institucional, e à magistrada em gestação de risco, ou em fase final de gestação ou lactante.

## PROPOSTAS SOBRE TELETRABALHO APRESENTADAS PELA AMAGIS

1. Definição dos objetivos do teletrabalho
2. Diferenciação de teletrabalho ordinário e teletrabalho extraordinário
3. Revisão do requisito do teletrabalho: produtividade
4. Requisito do teletrabalho: comparecimento mensal
5. Faculdade de ausentar-se da comarca
6. Enumeração explícita dos deveres do magistrado teletrabalhador
7. Previsão de situações em que possam ocorrer vedações ao teletrabalho
8. Requisitos e extensão do teletrabalho extraordinário ao magistrado com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como ao que tenha filhos ou dependentes legais na mesma condição, para garantir condição de vida digna ou acesso a tratamento adequado de saúde
9. Requisitos de extensão de teletrabalho extraordinário por recomendação fundamentada do Gabinete de Segurança Institucional, como medida de mitigação de situação de risco a que esteja submetido o magistrado e/ou sua família.
10. Requisitos e extensão do teletrabalho extraordinário à magistrada em gestação de risco ou em fase final de gestação e à magistrada lactante, para garantir o aleitamento materno e a especial proteção à família.
11. Requisitos de extensão do teletrabalho extraordinário ao magistrado que esteja realizando cursos de capacitação ou instrução em geral, como alternativa ao seu licenciamento, para garantir o direito-dever de aperfeiçoamento profissional sem prejuízo à continuidade da prestação jurisdicional.
12. Requisitos de extensão do teletrabalho extraordinário ao magistrado que se encontre cooperando em outras unidades em cumulação à sua lotação original, para ampliar o acesso à Justiça em todas as regiões do Estado, mitigar os problemas decorrentes da escassez de magistrados e reduzir a taxa de congestionamento do TJMG.
13. Definição dos procedimentos de ingresso e desligamento do regime de teletrabalho.

# Amagis defende direito da Classe contra ação midiática

No dia 21 de outubro, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, divulgou nota de esclarecimento sobre notícias veiculadas naquele mesmo dia, referente ao pagamento de benefícios pessoais sobre subsídios da Magistratura mineira, reconhecidos pelo STF.

No documento, o presidente da Associação observou que, há mais de 16 anos, a Magistratura busca restaurar e recuperar aquilo que foi tomado da Classe de maneira inconstitucional. E, contundente, Luiz Carlos afirmou: “A decisão que escamoteou o direito da Magistratura é que deveria ter sido encaminhada ao CNJ para saber se a medida lesaria, como lesou, profissionais que, além de exercer com dedicação a missão recebida em defesa dos direitos do cidadão, apenas defendem o direito que é deles”.

Segundo o presidente da Amagis, por conta dessa apropriação indébita do que lhes pertence, magistrados recorreram a empréstimos bancários e a aflições, que, mesmo devolvendo o que é de direito, será impossível a plena recuperação.

“Devolver o que nos pertence é dever, acima de tudo, moral de quem nos tomou. Ainda hoje, como já faz há mais de uma década e meia, a Magistratura mineira continua aguardando serenamente que o que é seu seja reconhecido finalmente, como já foi pelo STF, acima da hipocrisia e da falsa postura legalista que esconde os detratores da Classe”, afirmou o presidente Luiz Carlos.

## NOTA DA ASSOCIAÇÃO



### Amagis esclarece polêmica sobre direitos da Magistratura mineira

A respeito de notícias veiculadas nesta sexta-feira sobre pagamento de direitos a magistrados e magistradas mineiros reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) esclarece que, há mais de 16 anos, busca restaurar e recuperar aquilo que foi tomado da Classe de maneira inconstitucional.

A decisão que escamoteou direito da Magistratura é que deveria ter sido encaminhada ao CNJ para saber se a medida lesaria, como lesou, profissionais que, além de exercer com dedicação à missão recebida em defesa dos direitos do cidadão, apenas defendem o direito que é deles.

Por conta disso, dessa apropriação indébita do que lhes pertence, magistrados recorreram a empréstimos bancários e a aflições, que, mesmo os devolvendo o que é de direito, é impossível a plena recuperação. Alguns já nos deixaram, outros não gozam mais jovialidade e da saúde quando o que lhes era devido foi tomado.

Devolver o que nos pertence é dever, acima de tudo, moral de quem nos tomou. Ainda hoje, como já faz há mais de uma década e meia, a Magistratura mineira continua aguardando serenamente que o que é seu seja reconhecido finalmente, como já foi pelo Supremo Tribunal Federal, acima da hipocrisia e da falsa postura legalista que esconde os detratores da Classe.

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2022.

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos  
Presidente da Amagis



## ESCLARECIMENTOS DA AMAGIS À CLASSE

A) O direito reclamado pela Amagis para pagamento das vantagens pessoais a todos magistrados mineiros, que os possuíam ao tempo da implantação dos efeitos da Emenda Constitucional 41 de 2003, encontra respaldo em recente decisão do STF.

B) A decisão administrativa quanto a este direito ocorreria, em princípio, em sessão virtual, a qual, após concluída com 17 votos a favor de nossa pretensão não foi proclamada.

C) Assim, foi realizado novo julgamento administrativo, em sessão presencial, quando os desembargadores que outrora votaram contrariamente reconheceram que foram levados a erro por comunicação equivocada de juiz auxiliar da Presidência do TJMG.

D) Proclamado o resultado, o presidente informou, espontaneamente, “valores do débito”, justificando que deveria consultar o CNJ e o Tribunal de Contas do Estado antes de ultimar os pagamentos.

E) O julgamento, neste caso, foi público, sendo que a Associação, devidamente autorizada transmitiu a sessão exclusivamente para seus associados.

AG 18

AVANTGARDE  
18 ANOS CONDUZINDO  
L A EXCELÊNCIA



AV RAJA GABAGLIA 4343 SANTA LÚCIA CEP 30350577

BELO HORIZONTE MG 31 3264 9797 @avantgardemotors

# Magistrados debatem pautas da Classe com futuro presidente da AMB

FOTOS: AMAGIS



Magistrados mineiros demonstraram união da Classe



Frederico Mendes Junior foi recebido na sede da Amagis

**Magistradas e magistrados mineiros participaram, no dia 18 de outubro, de debate realizado na sede da Amagis, presencial e por videoconferência, com o então candidato à Presidência da AMB, Frederico Mendes Junior, e a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, que foi reeleita como vice-presidente da AMB.**

Entre os temas discutidos, que integram a plataforma da futura gestão, estão a reposição real dos subsídios, a aprovação da PEC da Valorização por Tempo de Serviço na Magistratura e no Ministério Público (VTM), melhores condições de trabalho e a segurança de juízes e juízas.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que estava na Colômbia, em compromisso da Escola Judicial daquele país, enviou mensagem por vídeo e ressaltou a confiança da Associação em Frederico Mendes Júnior. “Você (Frederico) tem projetos excelentes para a Magistratura e confiamos muito em você. Acredito que o Estado inteiro está confiante em seu trabalho. A responsabilidade aumenta, mas você pode dividir conosco, pois estaremos sempre ao seu lado”, disse.

O desembargador Nelson Missias, ex-presidente do TJMG, falou sobre a importância de a AMB ter à frente uma pessoa, como o juiz Frederico Mendes, que possui trânsito e diálogo com o Congresso Nacional, os Tribunais Superiores e o CNJ. “Estamos vivendo um momento crucial em nossa história, de agressões às instituições e ao Judiciário brasileiro. Se nós não nos unirmos para defendermos nossa instituição e nossas prerrogativas, será difícil alguém nos defender”, afirmou.

A juíza Rosimere do Couto observou que a eleição em chapa única era uma conquista e um desafio, pois ao mesmo tempo em que expressou a união da Magistratura nacional trouxe consigo a responsabilidade não apenas de conferir legitimidade à eleição, mas levar adiante uma gestão capaz de atender às expectativas da Classe. “O comparecimento dos magistrados hoje, presencial e remotamente, demonstra a união e a força da Magistratura mineira”, comentou.

O juiz Frederico Mendes afirmou que saía do encontro fortalecido, e disse que ser recebido na Amagis foi um grande incentivo, tanto por ter escutado as propostas dos magistrados mineiros, quanto por

encontrar referências da Magistratura, como os desembargadores José Fernandes Filho, Reynaldo Ximenes, Nelson Missias, Caetano Levi, entre outros. “A Magistratura mineira é importante para todo o Brasil. Daqui saíram grandes nomes do mundo jurídico, e com a Magistratura não é diferente. É um Estado que tem disposição para a busca de solução dos nossos problemas”. O magistrado foi presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) por dois mandatos (2014/2017) e coordenador da Justiça Estadual da AMB (2018/2022).

Presente na reunião, o juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto, ex-presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, agradeceu a acolhida e ressaltou a importância do apoio de Minas Gerais para a AMB. “Ninguém faz nada sozinho, toda liderança precisa de um entorno que seja aguerrido. Vejo que vamos vir muitas vezes aqui em Minas Gerais, que tem um papel muito importante para esse próximo triênio”, concluiu.

Antes do debate, o juiz Geraldo Dutra esteve com a juíza Rosimere do Couto e o desembargador Nelson Missias nas unidades Raja Gabáglia e Fórum Lafayette do TJMG, quando se reuniram com juízes e juízas.

## PROTEJA-SE DE CRIMES VIRTUAIS

Recomenda-se criptografar os dispositivos eletrônicos

Tenha um celular reserva para transações bancárias

Instale apenas um aplicativo bancário simples no celular de uso diário

## ASSOCIATIVISMO

CONGRESSO DA MAGISTRATURA

# Ministro, senador e filósofo estão entre os palestrantes do evento

Dos dias 30 de novembro a 2 de dezembro, juízes e juízas de todo o Estado participarão, em Belo Horizonte, no Hotel Ouro Minas, do primeiro Congresso da Magistratura Mineira, cujo tema é 'Magistratura, Democracia e Responsabilidade Social'.

Entre os palestrantes, estão o ministro Sebastião Reis Júnior, do STJ, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o filósofo e professor Mario Sérgio Cortella.

No campo da inovação, o advogado José Luiz de Moura Faleiros Junior falará sobre os "Aspectos jurídicos da utilização de sistemas de inteligência artificial pelo Poder Judiciário".

A abertura do evento será marcada pela entrega do Prêmio Amagis de Jornalismo 2022 e, após a palestra inaugural, pelo show do 14 Bis. No dia seguinte ao Congresso, 3 de dezembro, será realizado o Encontro da Magistratura Mineira, com apresentação do Biquini Cavado.

### DESCONTOS

Os participantes do Congresso da Magistratura Mineira terão tarifas especiais de hospedagem no Hotel Ouro Minas para os dias do evento. Acesse o site [congresso.amagis.com.br](http://congresso.amagis.com.br) e saiba mais sobre esse encontro histórico e faça sua inscrição.

SITE DO CONGRESSO



## TJ autoriza ausência nos gabinetes para participação no Congresso

O presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, e o corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, autorizaram o não comparecimento presencial dos magistrados e magistradas, aos seus respectivos gabinetes, para participarem do Congresso da Magistratura mineira. O evento que será realizado dos dias 30 de novembro a 2 de dezembro.

A solicitação foi feita pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, ao corregedor-geral de Justiça durante encontro no dia 13 de outubro, quando o magistrado foi também convidado para participar do Congresso.

Segundo o presidente da Amagis, o presidente e corregedor do TJMG demonstraram sensibilidade ao reconhecer a importância do Congresso, cujos propósitos são fortalecer a união da Classe e contribuir com o aprimoramento da Justiça, uma vez que na convenção serão abordados temas dedicados ao aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais.

Em outubro, o presidente da Associação também convidou o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Alberto Vilas Boas, e o 2º vice-presidente e superintendente da Ejef, desembargador Renato Dresch, para participarem do Congresso. A Ejef, assim como o TJMG, é uma das apoiadoras do evento.

AMAGIS



Presidente da Amagis com o corregedor-geral de Justiça

# Ministro faz registro fotográfico da humanização das Apacs mineiras

AMAGIS



Ministro Sebastião Reis é recebido pela Diretoria da Amagis

**“Não é um sistema perfeito. É claro. Eles não existem. Mas as Apacs, como nossos presos e presas, merecem uma chance”. Essa é a avaliação do ministro Sebasto Reis Júnior, que durante suas visitas às Apacs mineiras, em setembro, quando foi acompanhado pelo presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, deixou transpor as lentes do fotogrfo, sob olhar do magistrado, para com sensibilidade retratar um pouco da vida dos recuperandos.**

Segundo o magistrado, as visitas às Apacs de São João del Rei (Campo das Vertentes), de Santa Luzia (Grande BH) e  unidade feminina de Belo Horizonte s aumentaram sua convicção de que os juízes, mesmo nos Tribunais Superiores, não podem se apegar única e exclusivamente aos livros, a lei ou a doutrina. “No momento em que vamos julgar a vida de uma pessoa, decidir o que vai acontecer com a vida dessa pessoa, nós não temos o direito de ficar preso  bolha do nosso dia a dia. Temos que sair, ver a realidade, ver o que nos cerca”, afirmou o ministro.

Na Apac Feminina de Belo Horizonte, essa vivência foi levada pelo ministro ao p da letra. Sem terno e gravata, ou escolta, acompanhado de sua máquina foto-

gráfica, Sebasto Reis circulava pelo pátio da unidade, quando pediu a uma recuperanda para fotografá-la. Com a reação da mulher, que simpaticamente passou a posar para as fotos, do centro do pátio o ministro gritou: – quem quer ser fotografada? Logo, várias recuperandas se aproximaram.

“Não sei dizer exatamente o que senti enquanto fotografava. Sei apenas que também comecei a sorrir e a fotografar. Senti-me bem. Não. Senti-me timo. Rimos juntos. Brincamos. Eu não era mais um juiz e elas não eram mais reeducandas cumprindo, algumas, penas de mais de uma dezena de anos. Eu era fotogrfo e elas eram minhas modelos”, comentou Sebasto Reis.

Para o presidente Luiz Carlos, o contato direto entre o magistrado de uma corte superior e os recuperandos traz esperança, pois trata-se de uma pessoa capaz de repercutir, em todo o País, as iniciativas dos juízes mineiros, em especial no que se refere às Apacs. “A presença do ministro Sebasto realmente nos emociona, nos entusiasma e nos enche de confiança de que este é um projeto que deve continuar sendo aprimorado e evoluído para todo o Brasil”, disse.

*“Por que a resistência em tratar com um mínimo de humanidade e dignidade os nossos presos? Como já disse em outra oportunidade, eles e elas devem pagar por seus erros, mas não é melhor para nós que estamos aqui fora que, depois que saírem, elas e eles não voltem a errar?”*

*“Não estava em um estabelecimento penal, mas em uma fazenda. Logo na entrada uma fonte. L dentro, vi padaria, marcenaria, criação de porcos, fábrica de tijolos, flores, uma capela, posto médico, quadra de esportes, viveiro de flores, barbearia e oficinas de costura”*

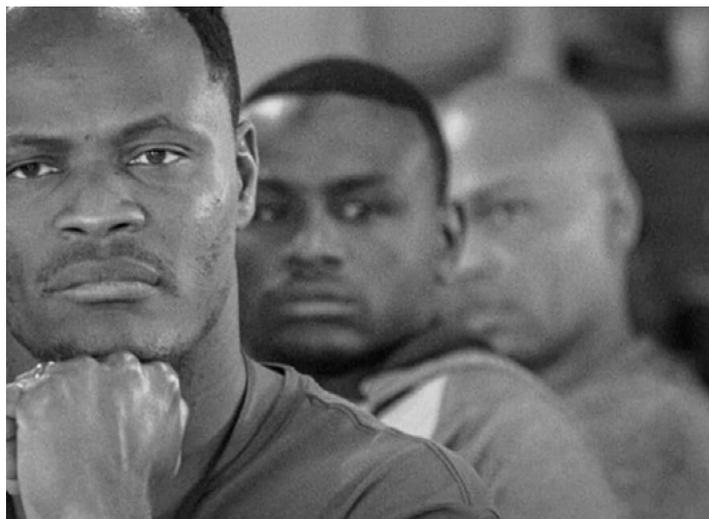
*“E, mais do que isso, vi homens e mulheres cantando, trabalhando e produzindo; sendo tratados com dignidade e respeito. Homens e mulheres que não usavam uniformes, mas roupas comuns do dia a dia. Eram tratados como pessoas e não como bichos ou pessoas de segunda classe”*

*“O ambiente era diferente. Não era uma fazenda, mas uma escola. Com muros sim, mas muros grafitados e coloridos. Com brinquedos espalhados para quando as famílias – e, principalmente, os filhos – viessem visitar as reeducandas”*

**Sebasto Reis Júnior**  
Ministro do STJ

# Apacs mineiras sob o olhar do ministro Sebastião Reis

FOTOS: SEBASTIÃO REIS



Ministro registrou sua passagem pelas Apacs de São João del Rei, Santa Luzia e pela unidade feminina de Belo Horizonte

RECORDE DE VENDAS  
RECORDE DE V



**8**

HORAS  
CONSECUTIVAS  
DE LEILÃO

**725**

LANCES

**130**

PARTICIPANTES



Escaneie o QR Code

Realize leilão com quem é especialista

**0800 242 2218**

indicacao@mgl.com.br

## Administrador Judicial

Administração judicial, promovendo o planejamento de recuperações de empresas.

## Advogados

Habilitação e movimentação processual, assessoria e correspondência jurídica.

## Peritos

Elaboração de relatórios e laudos técnicos, cumprindo as determinações impostas sempre com a presteza e eficiência.

## Economistas

Previsão econômica para empresas, elaboração de planejamento de aplicações financeiras e perspectiva macro micro econômica.



**GRUPOCRÉDITO**

Soluções para todas as fases processuais

**DESEMBARGADORA ANA PAULA CAIXETA**  
3ª VICE-PRESIDENTE DO TJMG



# Pacificação Social

Com o maior índice de conciliação entre os tribunais de grande porte do País, segundo o Relatório Justiça em Números do CNJ, o TJMG trabalha diariamente para promover a pacificação social. Para manter esse alto desempenho, a desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta, 3ª vice-presidente do TJMG, aposta na inovação, capacitação e sensibilização das pessoas, além do aprimoramento de iniciativas exitosas.

### **Como a senhora avalia o desafio de aprimorar as ações de autocomposição?**

O primeiro desafio é dar continuidade ao trabalho de ex-dirigentes do TJMG que obtiveram êxito implementando e aperfeiçoando as práticas de autocomposição no Tribunal, recebendo, inclusive, o reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelos serviços realizados ao Judiciário. Nosso propósito é trabalhar com inovação, capacitação e a sensibilização das pessoas.

### **Quais as competências da 3ª Vice-Presidência para promover essas ações?**

A 3ª vice-presidência do TJMG tem competência em dois pilares importantes. Uma delas é o da atividade jurisdicional, como parte da admissibilidade dos recursos para os tribunais superiores, seja para o STJ, em temas relacionados à legislação infraconstitucional, ou para o STF, no que se refere a matéria constitucional. A outra está ligada ao gerenciamento e à execução de projetos inovadores voltados para a mediação e a conciliação, na primeira e na segunda instância.

### **O desempenho dessas competências exige uma atuação integrada?**

A admissibilidade dos recursos para os tribunais superiores, por exemplo, é feita de forma compartilhada com a 1ª vice-presidência do TJMG, conforme a matéria. É realizada uma triagem, tendo como referência temas de recursos repetitivos definidos pelos tribunais superiores, a fim de que eles não sejam remetidos ao STJ e ao STF. É um trabalho delicado, braçal, de assessoria especializada, que demanda muita capacitação.

### **Quais outros aspectos da gestão estão sendo abordados pela atual gestão?**

Além de dar continuidade às iniciativas exito-

sas, estamos trabalhando para aprimorar fluxos de trabalho, pois em nossas análises temos percebido que ajustes finos podem ser feitos sem a necessidade de modificações estruturais. Outro aspecto importante é o fortalecimento do diálogo entre o Tribunal e os juízes coordenadores dos Cejusc, para que as iniciativas e os projetos desenvolvidas por eles possam ser ampliados.

### **Qual o papel dos Cejusc na solução de conflitos?**

Atualmente, contamos com os Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), em praticamente todas as comarcas do Estado, atuando na fase pré-processual. A parte vai ao Cejusc e apresenta sua questão ao conciliador, que faz a averbação e a outra parte é convidada para comparecer numa sessão de conciliação. Os conciliadores estão capacitados para orientar os envolvidos na ação, a fim de que eles possam chegar a um acordo, que deverá ser remetido ao juiz coordenador do Cejusc para a homologação. É importante destacar que os Cejusc promovem a cidadania e sua atuação pode ir além da solução de conflitos, como informações sobre direitos e, às vezes, até mesmo fornecer um documento a uma pessoa em um distrito muito afastado da sede.

### **Como fazer para superar a cultura do litígio?**

É importante mantermos interlocução permanente com os Poderes e as instituições da sociedade civil. Temos, por exemplo, unidades de Postos de Atendimento Pré-processuais (Prapes) nas faculdades de direito, possibilitando que os alunos sejam formados com a mentalidade de que a autocomposição é uma ciência e traz resultados para a pacificação social. Hoje, o operador do direito não pode ter sua compreensão centrada na decisão coercitiva, imposta, na qual a solução discutida entre as partes seria descartada.

***“Nosso propósito é trabalhar com inovação, capacitação e a sensibilização das pessoas”***

# Recentes inovações no julgamento pelo Tribunal do Júri

Alterações na  
legislação penal e  
processual penal  
refletiram diretamente  
nos procedimentos

LEOPOLDO MAMELUQUE\*

A Lei 11.689/2008, que alterou a legislação do júri, modificando os dispositivos do Decreto-Lei. 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, na verdade, complementou uma série de reformas que vêm sendo implementadas na legislação penal e processual penal, como é o caso das também recentes Lei 11.690/2008 e Lei 11.719/2008, que alteraram dispositivos do já citado Código de Processo Penal, no que diz respeito às provas e à instrução criminal.

Posteriormente a tais alterações, registraram-se, no entanto, várias alterações na legislação penal e processual penal que refletiram diretamente no procedimento do Tribunal do Júri.

A Lei 12.403/2011 constituiu o exercício efetivo da função de jurado em serviço público relevante e estabeleceu a presunção de idoneidade moral. Registre-se ainda, neste mesmo sentido, a inovação trazida pela Lei 12.425/2021, que acrescentou, ao Código de Processo Penal, o art. 474-A, disciplinando que, durante a instrução em plenário, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão respeitar a dignidade da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz presidente garantir o cumprimento das referidas disposições.

O referido dispositivo legal veda que as partes se manifestem sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos e se utilizem de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas. Ainda dentro dessas mudanças legislativas ocorridas no procedimento do Júri, destacam-se as inovações trazidas pela Lei 13.964/19, que incluiu vários dispositivos processuais ao artigo 492 do Código de Processo Penal, que trata da

sentença prolatada no Tribunal do Júri.

Registre-se ainda as recentes alterações no rito do júri trazidas pelas Leis 13.142/15 e 13.964/19, que incluíram, como qualificadoras do homicídio, a sua prática contra autoridades ou agentes públicos e o emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido e as alterações da Lei 13.104/15, que incluiu o feminicídio como qualificadora do homicídio e como crime hediondo.

Na jurisprudência, o STF admitiu a interrupção da gravidez de feto anencéfalo e firmou entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional. O STJ, por sua vez, decidiu ser possível o acúmulo das qualificadoras do feminicídio e do motivo torpe e que, no feminicídio, a proteção da Lei Maria da Penha pode se estender a qualquer pessoa que se encontre em situação de vulnerabilidade no âmbito das relações domésticas, independentemente da identidade de gênero.

Outra importante inovação jurisprudencial diz respeito à sustentação em plenário pela defesa, como tese principal, da absolvição e, como tese secundária e alternativa, a desclassificação do crime, formulando requerimento ao juiz presidente que quesite em primeiro lugar a absolvição, com preferência sobre a desclassificação por ser aquela mais benéfica ao réu.

A esse respeito, o STJ – Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, estando a defesa assentada em tese principal absolutória (legítima defesa) e tese subsidiária desclassificatória (ausência de desejo de matar), e havendo a norma processual permitida a formulação do quesito sobre a desclassificação antes ou depois do quesito genérico da absolvição, a tese principal deve ser questionada antes da

tese subsidiária de maneira a se evitar violação ao princípio da ampla defesa.

Por fim, recente jurisprudência do STJ firmou entendimento de que a tese da legítima defesa da honra invariavelmente sustentada em crimes passionais é inconstitucional, por violar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero, não podendo a defesa, a acusação, a autoridade policial e o juízo utilizarem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra nas fases pré-processual ou processual ou durante o julgamento em plenário sob pena de nulidade do referido ato.

São estas, em linhas gerais, as principais modificações legislativas e jurisprudenciais ocorridas no procedimento do Tribunal do Júri desde a edição da Lei 11.689/2008, que alterou a legislação do júri, e das Leis 11.690/2008 e 11.719/2008, que alteraram dispositivos do Código de Processo Penal, no que diz respeito às provas e à instrução criminal.

O julgamento dos crimes dolosos contra a vida pelo Tribunal do Júri continua a ser um dos mais instigantes temas para os operadores do direito, notadamente, juízes, promotores e advogados e, assim, as recentes inovações ampliam ainda mais as possibilidades de defesa e, paradoxalmente, também de acusação, um fator de considerável avanço processual.

(\*) Leopoldo Mameluque é mestre em Ciências Penais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e mestre em Direito Comparado pela Samford University, AL, EUA, pós-graduação em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros Unimontes – MG e especialização em Direitos Humanos pela PUC Minas. É juiz de direito em Minas Gerais há mais de 25 anos. O tema do artigo pode ser aprofundado no livro ‘Manual do novo Júri’, de autoria do juiz.

## INSTITUCIONAL

### RECONHECIMENTO

# Alberto Diniz integra galeria como o 19º presidente da Amagis

A Diretoria da Amagis inaugurou, no dia 5 de novembro, a foto do desembargador Alberto Diniz Junior, que presidiu a Associação no triênio 2019-2021. O retrato passou a integrar a galeria de ex-presidentes da Amagis.

No descerramento da foto, o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, afirmou que o ex-presidente Alberto Diniz conduziu a Amagis com competência e dignidade em um dos momentos mais críticos da história recente, marcado pela pandemia da Covid.

“Alberto conviveu com o temor da pandemia e com a angústia de nossos colegas. Mas,

com sua serenidade, soube acalmar os corações de todos e prestar a melhor assistência aos magistrados e seus familiares. Não é fácil ficar marcado pelo período das dificuldades, mas é aí que se mostra o grande homem”, afirmou Luiz Carlos.

Alberto Diniz agradeceu a homenagem, ao apoio dos familiares, magistrados e funcionários da Associação durante seu mandato, e fez uma reverência especial à sua esposa, Suzana Rocha Savoi Diniz, citando o músico Vander Lee: “Cada dia que passo sem a sua presença, eu sou um presidiário cumprindo sentença”.

O desembargador disse que,

IZABELA MACHADO



Rosimere, Luiz Carlos, Alberto e a esposa Suzana no evento

diante das adversidades enfrentadas, fez tudo para manter a Associação no seu propósito de servir a Classe. “Agradeço à diretoria que esteve ao meu lado

e sinto-me honrado por ter minha foto na galeria de ex-presidentes, pois esse retrato marca uma passagem na minha vida de muito amor e alegria”, concluiu.



## JEEP DRIVE

ASSOCIADOS E FUNCIONÁRIOS AMAGIS TEM CONDIÇÕES EXCLUSIVAS NA STRADA JEEP, FALE COM UM DE NOSSOS GERENTES, E NÃO PERCA ESSA OPORTUNIDADE!

FAÇA UM TEST-DRIVE E DESPERTE O SEU ESPÍRITO JEEP.

Av. Contorno, 10.601 - Barro Preto  
Av. Antônio Carlos, 6366 - Pampulha

31 3478-0300  
stradajEEP

# Strada | Jeep

# Assessoria em corrida oferece descontos para associados

TIAGO PARRELA



Boa participação na Corrida da Amagis motivou o convênio

## CONVÊNIO

### Assessoria Esportiva B2 Running

Descontos de 10% em todos os planos da assessoria, cujos valores são de R\$ 145,00 (mensal), R\$ 360,00 (trimestral), R\$ 660,00 (semestral) e R\$ 1.200,00 (anual).

**Telefone:** (31) 99154-5000

**Perfil no Instagram:**

instagram.com/b2running

### 3A Investimentos - Agentes Autônomos de Investimentos

Acesso e orientações sobre todos os produtos disponibilizados na plataforma XP Investimentos. Atendimento exclusivo e especializado na sede da Amagis.

**Endereço:** Rua Des. Jorge Fontana, 498, 3º andar, Belvedere (BH)

**Telefone:** (31) 2514-1011

**Site:** 3ainvestimentos.com.br

### LF Maia Consultoria (Imóveis em Portugal)

Benefícios pela contratação de serviços de corretagem para compra e arrendamento de imóveis em Portugal, arcando com os custos de notário a serem feitos na escritura do imóvel, com exceção do imposto IMT e de selo.

**Endereço:** Rua Tomaz Gonzaga, 802, Loja 1001, Lourdes (BH)

**Site:** maiaip.com

**Telefone:** (31) 99616-4892

### Faminas - Centro Universitário

Descontos de 30% a 50% nos cursos de graduação presencial. Os percentuais são aplicáveis apenas para os alunos ingressantes (calouros), não contemplando, portanto, os alunos veteranos que tenham sido matriculados em semestres anteriores ao da assinatura do contrato.

**Site:**

faminasbh.edu.br/principal

### Pousada Doce Maria (Capitólio)

Desconto de 15% da hospedagem.

**Endereço:** Unnamed Road, Capitólio (MG)

**Telefone:** (31) 99709-1099

**Site:**

pousadadoce maria.com.br

### Clínica Línea - Odontologia

Condições especiais nos serviços de implantes, harmonização facial, facetas, resinas, periodontia e demais especialidades.

**Endereço:** Avenida do Contorno, 1819, Funcionários (BH)

**Telefone:** (31) 3221-8470

**Site:** lineaodonto.com.br

Com a boa participação da Magistratura mineira na Corrida e Caminhada da Amagis, promovida em agosto, a Associação firmou convênio com a Assessoria Esportiva B2 Running, a fim de incentivar a prática da corrida de rua pelos magistrados e magistradas.

A B2 Running oferece avaliação, planejamento e treinamento de corrida de rua, além da iniciação na modalidade para os praticantes de caminhada. O atleta contará com o apoio de um treinador, que orientará sobre a rotina de treinos. Toda semana, são enviadas planilhas diferentes para

melhorar o rendimento do corredor, respeitadas suas características físicas e objetivos.

O convênio com a B2 Running garante 10% de desconto em todos os planos da assessoria, cujos valores são de R\$ 145,00 (mensal), R\$ 360,00 (trimestral), R\$ 660,00 (semestral) e R\$ 1.200,00 (anual).

Nos últimos meses, a Amagis também firmou convênios nas áreas de investimento financeiro e imobiliário, educação, hotelaria e odontologia. **Veja ao lado quem são os novos parceiros da Associação.**

MAIS CONVÊNIO



Com a CRD associado AMAGIS tem Seguro de Vida com condições de excelência.

Aponte a camera do celular e solicite sua cotação sem compromisso



www.crdseguros.com.br  
contato@crdseguros.com.br  
0800 404 6868

## INSTITUCIONAL

### INTERCÂMBIO

# Delegação visita Amagis por aprimoramento de Apac argentina

**Representantes da Apac de Santa Fé, na Argentina, interessados em um intercâmbio relacionado à metodologia apaqueana aplicada em Minas Gerais, reuniram-se, na sede da Amagis, com o presidente Luiz Carlos Rezende e Santos no dia 5 de outubro.**

A Apac de Santa Fé já foi instituída formalmente, no entanto sua estrutura ainda não foi implementada. Durante o encontro, os representantes da instituição argentina esclareceram suas dúvidas e conheceram um pouco mais sobre a experiência das Apacs mineiras. O presidente da Amagis citou, como referências da metodologia no Estado, os juízes aposentados Juarez Moraes de Azevedo e Paulo Antônio de Carvalho.

Integraram a delegação ar-

gentina, o presidente da Apac de Santa Fé, Santiago Adanti, a secretária da unidade, Cecília Bonino, a defensora do Serviço Público Provincial da Defesa Penal, Jaqueline Ana Balangione, a subsecretaria do Registro Provincial de Violência Institucional do Serviço Público Provincial da Defesa Penal de Santa Fé, María Lorena Negro, o vice-reitor da Universidade Católica de Santa Fé, Carlos Scatizza, o delegado episcopal da Pastoral Carcelaria, Bernardo Blanchoud, e o relações internacionais da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, Dênio Marx.

#### ENCONTRO NO TJMG

O programa Novos Rumos do TJMG, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), pro-

GEORGIA BAÇVAROFF



#### Luiz Carlos e Didimo Inocêncio recebem a delegação

moveu, em 7 de outubro, na Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, o Encontro Anual de Magistrados de Execução Penal, a fim de aprofundar a compreensão sobre a aplicação dos atos normativos sobre o funcionamento das Apacs.

O presidente da Amagis, que coordenou o programa

Novos Rumos, foi representado no encontro pelo juiz Consuelo Silveira Neto, da Vara de Execuções Penais de Caratinga (Vale do Rio Doce). No mesmo dia, Luiz Carlos reuniu-se com a presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, desembargadora federal Mônica Sifuentes.

## NOVO DESEMBARGADOR

O magistrado Lúcio Eduardo de Brito tomou posse, em 13 de outubro, no cargo de desembargador do TJMG, passando a compor a 15ª Câmara Cível do Tribunal. Brito disse que irá se empenhar para realizar Justiça a todos. O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que participou da cerimônia, destacou que, com sua operosidade e conhecimento, o novo desembargador contribuirá muito com o TJ.

AMAGIS



**VAI TORCER PELO BRASIL NO CATAR?  
ADQUIRA SEU RIAL COM A PICCHIONI**

LEIA O QR CODE  
E BAIXE O APP



Disponível na  
App Store  
e no  
Google Play

O RIAL é a moeda oficial do Catar. Então, se você planeja visitar o país nessa Copa, garanta agora mesmo sua moeda com a Picchioni

**PICCHIONI**  
CÂMBIO  
DESDE 1945

Central de Atendimento  
**(31) 3517-0000**

site | loja virtual  
[www.picchioni.com.br](http://www.picchioni.com.br)

Instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil | Cuidadoria: 0800 601 7100

## INSTITUCIONAL

PLENÁRIA

# Sessão do Conselho de Criminologia de Minas é realizada na Amagis

A 8ª Sessão Plenária de 2022 do Conselho Estadual de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais (CCPC-MG), no dia 24 de outubro, foi realizada na Amagis. Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente do Conselho, desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant.

Para o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que é conselheiro do CCPC, foi uma honra receber os integrantes do Conselho, considerado berço de grandes nomes da criminologia de Minas Gerais e do Brasil. “A Associação está de portas abertas a todos que se propõem a pensar, discutir e agir em prol da construção de uma política penal mais adequada aos desafios da contemporaneidade”, comentou.

Entre os magistrados que participaram da sessão estão, a desembargadora Márcia Milanez, vice-presidente do CCPC-MG, e

AMAGIS



Conselheiros foram recebidos pelo presidente Luiz Carlos

os juízes conselheiros Luziene Medeiros, Míriam Vaz Chagas, Bárbara Isadora Nardy, e Evaldo Elias Pena Gavazza.

O CCPC-MG é vinculado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado,

e tem por finalidade formular a política criminal de Minas Gerais, observadas as diretrizes da política penitenciária nacional, e, entre outras atribuições, promover a avaliação periódica do sistema penal.

## Você sabia

que existe uma agência da RE/MAX, a maior rede imobiliária do mundo, que vende um imóvel a cada 20 segundos e está presente em mais de 118 países, com atendimento exclusivo para os magistrados?

Somos um escritório imobiliário especializado na compra e venda de imóveis na região centro-sul de BH, especialmente nas imediações do Tribunal de Justiça/MG.

Estamos localizados em um dos andares corporativos do prédio da Amagis, bem aqui no coração da zona sul, no bairro Cruzeiro.

“Como empresário do mercado imobiliário, sei de toda deferência e discrição que a classe demanda” enfatiza Leonardo Abud, Broker/Owner da RE/MAX JUS e filho do saudoso desembargador José Carlos Abud.

Se você quer vender ou comprar um imóvel, fale conosco! Temos condições especiais para você que é magistrado e um time de especialistas à disposição para melhor atendê-lo.



IMOBILIÁRIA



**RE/MAX**  
CRECI 5853-J  
**JUS**

A imobiliária do magistrado



**FONE: 31 99662-3378 / 31 3586-8858**  
Rua Albita, 194 - Sala 504 - Cruzeiro - Belo Horizonte/MG  
[leonardoabud@remax.com.br](mailto:leonardoabud@remax.com.br)

# Prática do jiu-jitsu aproxima juízas e promove integração social

Há cerca de seis meses, as juízas Fabiana Melo, Renata Borges e Marina Sena praticam jiu-jitsu no Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar de Minas Gerais, em Belo Horizonte. As aulas começaram a ser realizadas logo após o curso ‘Medidas de autoproteção para magistradas’, promovido pela Amagis em parceria com a Escola Nacional da Magistratura (ENM), e a Ejef.

A juíza Fabiana de Melo disse que já tinha vontade de fazer aulas de artes marciais e que o curso promovido pela Associação foi o ponto de partida para colocar esse antigo desejo em prática. “Os ensinamentos passados (no curso da Amagis) reforçaram e deixaram ainda mais clara a necessidade da autoproteção, principalmente quando falamos de magistradas mulheres”, afirmou.

No curso, conforme observou a juíza Renata Borges, as magistradas tiveram um dia de aula em que foram ministradas técnicas de autodefesa baseadas em jiu-jitsu, que despertou em algumas participantes a vontade de realizar treinos regulares.

Segunda a juíza Marina Sena, com os treinos, dos quais as magistradas participam pelo menos uma vez por semana, a preocupação com a autodefesa foi transformada em interesse pelo esporte. “Na medida em que fomos aprendendo as técnicas de defesa pessoal, nos interessamos em praticar jiu-jitsu como modalidade esportiva”, disse.

Com o passar do tempo, as aulas de jiu-jitsu, ministradas pelo sargento Xavier foram atraindo novos adeptos, como

ARQUIVO PESSOAL



Treinos são realizados na unidade do Bope da PMMG, na Gameleira, em BH

esposas e filhos dos militares, e alunos de projetos sociais que, na opinião da juíza Fabiana Melo, enriqueceram ainda mais a experiência. “Hoje, há crianças e adolescentes que treinam diariamente no Bope, inclusive participando de campeonatos locais e obtendo êxito”, comentou.

Além da integração com as magistradas e os alunos da equipe, a juíza Renata Borges destacou a importância do esporte não só para o condicionamento físico, mas também para o bem-estar, a disciplina e a cooperação em grupo. “O jiu-jitsu é uma prática bastante intensa, motivo pelo qual

contribui para a construção de um bom condicionamento físico, trazendo benefícios, portanto, à saúde física. Ademais, é ótimo para aliviar o estresse do dia a dia, contribuindo, também, para a melhora da saúde mental”, avaliou.

A juíza Marina Sena também destacou as vantagens do esporte para a saúde física e mental, e ponderou que o jiu-jitsu também possibilita aos praticantes reconhecer melhor suas habilidades e limitações, aprendendo a contorná-las, quando necessário.

Entre os benefícios trazidos pelas artes marciais, a juíza Fabiana Melo apontou a conscientização corporal e espacial, os ensinamentos que podem ser levados para a rotina, e ressaltou a integração social. “A prática esportiva, qualquer que seja sua modalidade, é sempre uma fonte de inspiração e incentivo para os que estão à sua volta! Isso, de fato, contribuiu muito para a união que se firmou entre nós”, reconheceu.

**“Os ensinamentos passados (no curso da Amagis) reforçaram e deixaram ainda mais clara a necessidade da autoproteção, principalmente quando falamos de magistradas mulheres”**

**Juíza Fabiana Melo**

**“Na medida em que fomos aprendendo as técnicas de defesa pessoal, nos interessamos em praticar jiu-jitsu como modalidade esportiva”**

**Juíza Marina Sena**

**“O jiu-jitsu é ótimo para aliviar o estresse do dia a dia, contribuindo, também, para a melhora da saúde mental”**

**Juíza Renata Borges**

## CURADORIA



JUIZ MARCELO SALGADO

LIVRO

## Escravidão

É um livro muito bom, com uma rica abordagem histórica e informações muito importantes sobre a escravidão no Brasil e no mundo. O jornalista Laurentino Gomes é também um historiador fantástico e o admiro muito. Já li os outros três livros dele (1808, 1822 e 1889) e agora estou lendo o primeiro dos três volumes de *Escravidão*. A obra foi editada pela Globo Livros e está disponível nos formatos impresso e e-book.

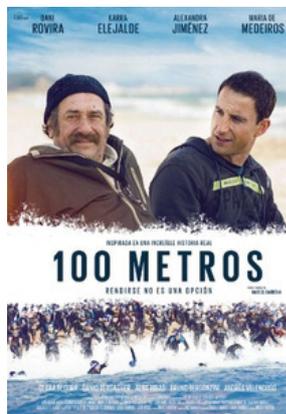


JUÍZA RAQUEL AGRELI MELO

FILME

## 100 metros

Trata-se de uma história real de uma pessoa que supera o diagnóstico de esclerose múltipla, que, como sabemos, causa muitas limitações. A personagem mostra a força do pensamento, da vontade e da perseverança. Acho que é uma obra muito importante para todos nós. O filme *100 metros* foi dirigido por Marcel Barrena, estrelado por Dani Rovira, Karra Elejalde, Alexandra Jiménez, tem 1h48 de duração, e está disponível na plataforma Netflix.



## O imortal Raphael Rabello faria 60 anos

TIAGO PARRELA

Um dos maiores músicos e artistas do violão que este país produziu, ouviu e viu tocar, teria completado, no último 31 de outubro, 60 anos. Mas, pelos mistérios da vida, o jovem Raphael Rabello partiu precocemente, aos 32 anos, apesar do tamanho talento que abarcava e da obra que produziu.

Nasceu em uma família de músicos, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Sua irmã é a cavaquinista Luciana Rabello, que também é uma das responsáveis por manter escola voltada a preservar e propagar a música brasileira, mais especificamente o Choro e Samba, com a Escola Portátil de Música, na capital fluminense, além de compor e gravar discos desses ritmos. A cantora Amélia Rabello, outra irmã, possui uma carreira de grande relevância e garimpo musical, voltada principalmente para os mesmos estilos.

Um dos primeiros discos gravados por Raphael foi com o maestro Radamés Gnattali, interpretando em piano e violão, as

obras do consagrado músico Garoto. Mas o disco mais marcante foi o último que gravou em vida, tocando e relendo as obras do grande violonista Dilermando Reis, imprimindo um jeito próprio nas interpretações.

Ao longo de sua carreira gravou discos antológicos, como em duo com Elizeth Cardoso, Nelson Gonçalves, e outro com Ney Matogrosso, mostrando toda versatilidade do instrumentista para acompanhar e dar voz ao instrumento de 7 cordas com seus acordes e bordões.

Como solista, gravou discos instrumentais de choro e samba, outro voltado para obra de Tom Jobim; ou em duo instrumental, com choros e canções junto com Paulo Moura; um repertório de música clássica com o bandolim de Déo Rian; e uma de suas obras mais importantes em parceria com o mestre Dino 7 cordas, num diálogo de violões.

# MagisCultura faz tributo aos 50 anos do Clube da Esquina

FOTOS: GEORGIA BACVAROFF



Lançamento da MagisCultura teve conversa descontraída entre convidados e o público

A 26ª edição da Revista **MagisCultura Mineira**, lançada no dia 4 deste mês, faz um tributo aos 50 anos do Clube da Esquina, título do álbum duplo lançado em 1972, que passou a designar também o movimento musical despreziosamente criado por jovens talentos mineiros, como Milton Nascimento, Fernando Brant, Lô Borges, Beto Guedes, Ronaldo Bastos, Wagner Tiso e Toninho Horta entre outros.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, disse que a celebração do jubileu do Clube da Esquina, traz à memória o músico Fernando Brant, que, filho de magistrado, foi uma espécie de padrinho da MagisCultura, publicando, a crônica “Graças a Deus” no primeiro número da revista. Nesta

edição, a jornalista Isabel Ferreira Brant participa com uma crônica sobre seu pai, intitulada “O Clube do meu quintal”.

Marilton Borges, irmão de Lô Borges, parceiro de Milton Nascimento, agradeceu o convite para participar do lançamento representando o Clube da Esquina. Ele contou casos sobre o início da amizade com Milton Nascimento, a forma como se conheceram, no Edifício Levy, em Belo Horizonte, e sua relação com o Clube da Esquina. “Eu tinha 11 irmãos, e Bituca (Milton) falava que era o ‘dózemo’”, lembrou, brincando. “Quero agradecer a honra de representar essa turma toda aqui na Amagis, no templo dos Magistrados mineiros. Estou muito feliz”, disse.

O movimento artístico dos músicos mineiros também é tema do artigo “Clube da Esquina, um sonho sempre novo”, escrito pelo juiz Jorge Paulo dos Santos. No texto, o magistrado relata seu primeiro contato com as composições daqueles jovens músicos, como eles transformavam o simples em belo e, inicialmente, foram recebidos com certo receio até terem seus talentos reconhecidos.

## EDIÇÃO ESPECIAL

Juntamente com o 26º número da MagisCultura foi publicada uma edição especial da revista, com a transcrição da palestra do desembargador Luciano Pinto, “Toga e Bravura”, sobre a obra do magistrado Hermenegildo Barros, com

prefácio do desembargador José Fernandes Filho.

No prefácio, Fernandes Filho pontuou que o desembargador Luciano Pinto, ao discorrer sobre Hermenegildo Barros, teve como preocupação relatar o magistrado extremamente íntegro, conhecedor das leis, e revelou o caráter e envergadura moral de Barros, indispensáveis ao ofício de julgar, como afirmou Fernandes Filho.

Em sua palestra sobre Hermenegildo Barros, o desembargador Luciano Pinto ponderou que, ao longo de meio século, a trajetória do histórico magistrado foi áspera, pois ele sofreu processos, acusações absurdas, envolveu-se em polêmicas, mas sempre manteve sua honorabilidade e incolumidade moral.



## AUTORES DA 26ª MAGISCULTURA

- Rogério Faria Tavares
- Odilon de Ávila Flores
- Gutemberg da Mota e Silva
- Amaury Silva
- Roberto Soares de Vasconcellos Paes
- Aldina Soares
- Isaías Caldeira
- João Quintino Silva
- José Aparecido Fausto de Oliveira
- Llewellyn Medina
- Jorge Paulo dos Santos
- Fernando Armando Ribeiro
- Renato César Jardim
- Rogério Medeiros Garcia de Lima

## PENSAMENTO JURÍDICO



### APOSENTADOS NA ATIVA

Uma vez magistrado, sempre magistrado. Além de um dito, essa frase representa a realidade de muitos juizes, que, mesmo aposentados, voltam a trabalhar, cumprindo rotina no Judiciário. Quais as razões de tanta dedicação? Em que áreas a experiência deles pode ser melhor aproveitada? Para falar sobre essas questões, o Pensamento Jurídico entrevistou o desembargador Paulo Mendes Álvares. (Foto)

### TRIBUNAL DO JURI

Quase dois mil casos de feminicídio e de tentativa de assassinato de mulheres foram julgados em 2021, um aumento de 193% em relação a 2020. Como essa triste realidade é entendida e combatida no Brasil? Quais são as novidades do Tribunal do Júri com destaque para esse crime? O juiz Leopoldo Mameluque, da Corregedoria-geral de Justiça de Minas Gerais, comentou o tema.

### OUVIDORIA ELEITORAL

A Ouvidoria faz a interlocução de um órgão público com a sociedade. Como é esse desafio quando falamos de Justiça Eleitoral em um contexto de fake news? Como é feito o trabalho do ouvidor e de que maneira pode melhorar os serviços públicos? O Pensamento Jurídico conversou com o juiz Marcelo Paulo Salgado, ouvidor do TRE-MG, que esclareceu essas dúvidas e outras questões.

### CAPACITISMO

As pessoas com deficiência representam quase 25% da população brasileira, cerca de 40 milhões de indivíduos, segundo o Censo 2010. Como o sistema de justiça tem se preparado para atender a essa população? Qual é a realidade no próprio Judiciário? A juíza Raquel Agreli Melo, titular da 6ª Vara Cível da Comarca de Uberaba, falou sobre esses desafios no Pensamento Jurídico.

### CANAIS E PROGRAMAÇÃO

#### TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

#### Horários:

terça-feira, às 21h (inédito), quinta-feira, às 13h, e domingo, às 4h30 (reprises)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



#### TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

### JUSTIÇA RESTAURATIVA

As práticas restaurativas têm sido cada vez mais utilizadas pelo Judiciário para superar os conflitos e resolver os problemas de forma consensual. A juíza do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, Flávia Birchal de Moura, e o defensor público Rômulo Luis Veloso, ex-integrante do Conselho Penitenciário de Minas Gerais, falaram sobre o assunto. (Foto)

### ELEITOR DO FUTURO

O projeto Eleitor do Futuro foi o tema do Via Justiça, que recebeu a juíza da 101ª Zona Eleitoral, Caroline Rodrigues de Queiroz, e a chefe do cartório da 101ª Zona Eleitoral e idealizadora do projeto, Nágila Aguiar. Na Comarca de Diamantina, 23 escolas da rede pública participaram de um processo eleitoral simulado, que, além do voto, incluiu vários aspectos das eleições.

## VIA JUSTIÇA



### NEUROCIÊNCIA

O Via Justiça conversou com o desembargador Newton Teixeira Carvalho e a advogada e diretora do Instituto Busca pela Excelência nos Resultados, Adriana Marra, sobre a neurociência. Eles lançaram recentemente o livro "Contribuições da Neurociência à implementação das Políticas Auto-compositivas", que reúne autoras e autores comprometidos com a cultura da paz.

### NAT-JUS

O programa abordou o aumento de processos relacionados à área da saúde, e os efeitos da atuação do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NAT-JUS) na tomada de decisão dos magistrados e magistradas mineiros. Participaram do debate a juíza Raquel Discacciati Bello, da 1ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública do Juizado Especial de Belo Horizonte, e a médica Ilma Machado, do NAT-JUS do TJMG.

### CANAIS E PROGRAMAÇÃO

#### TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

#### Horários:

**TV Justiça:** quarta-feira, às 9h30 (inédito), domingo às 21h e terça às 4h (reprises)

#### TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

#### TV Assembleia:

Net e Oi TV (11), Sinal aberto digital (61,2) e analógico UHF (35)

#### TV

#### Assembleia

Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE





2017

Jornal DECISÃO destacou a nota máxima dada pela ANS à Amagis Saúde pela 10ª vez consecutiva.

## COMUNICAÇÃO



2018

Atuação transparente da Justiça Eleitoral nas eleições de 2018 foi ressaltada no jornal DECISÃO.



PODCAST

# Presidente do TRF6 participa de 'Encontro Mercado' na Amagis

GEORGIA BAÇVAROFF

A presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), desembargadora federal Mônica Sifuentes, participou, no dia 14 de outubro, da estreia do podcast 'Encontro Mercado' produzido pelo Departamento de Comunicação da Amagis.

A magistrada foi recebida pelo presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a vice-presidente Administrativa, juíza Rosimere do Couto, para uma conversa descontraída sobre o Poder Judiciário, os desafios do TRF6 e o associativismo, conduzida pelo jornalista Orion Teixeira, apresentador do programa Pensamento Jurídico, da Amagis.

A presidente do TRF6 agradeceu a acolhida da diretoria e destacou a importância do trabalho da Associação na defesa das prerrogativas da Magistratura e por melhores condições de trabalho para a Classe. "Sou



Rosimere das Graças, Orion, Mônica Sifuentes e Luiz Carlos

admiradora da Amagis e do trabalho desenvolvido pelo juiz Luiz Carlos, que é um magistrado competente, acolhedor e muito humano", afirmou Mônica Sifuentes.

O presidente Luiz Carlos

disse que era uma satisfação receber a desembargadora Mônica Sifuentes na Amagis. "A nossa casa é também a casa dos juízes federais do Estado", disse.

Esse foi o segundo encontro formal entre a Diretoria da

Amagis e a presidente do TRF6. No dia 7 de outubro, os dirigentes associativos reuniram-se na sede do Tribunal Federal, quando discutiram a importância da Associação para a valorização da Magistratura.



**LGPD**

### CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM PROTEÇÃO DE DADOS

**+ DE 50 PROJETOS**

Mais de 50 projetos de adequação LGPD executados.

**+ DE 25 ANOS DE EXPERIÊNCIA**

A HDPO conta com um time de especialistas em implantação de projetos LGPD com mais de 25 anos de experiência em Direito Médico e Gestão de Saúde.

**SISTEMA EXCLUSIVO DE GESTÃO LGPD**

Plataforma on-line que facilita o processo de adequação à LGPD.

**+ CONTROLE PROTEÇÃO SEGURANÇA**

hdpo.com.br

(031) 9 8208-9292

contato@hdpo.com.br

## DESCANSO E LAZER

LITORAL PAULISTA

# Ubatuba une belezas naturais e boa gastronomia

“Para quem ainda não conhece, vale a visita”, recomendou o juiz aposentado Fernando Antônio Tamburini, que viaja para a colônias de férias da Amagis em Ubatuba (Norte de SP) de uma a duas vezes por ano.

Entre os motivos para a escolha dessa unidade, está a proximidade entre as cidades de Ubatuba e Alfenas, onde o magistrado reside. Essa é, pois, umas das características das unidades colônias da Amagis, cuja localização – Nova Viçosa (BA), Cabo Frio (RJ), Caldas Novas (GO), Caxambu (Sul de Minas) e a de Ubatuba – foi definida para melhor atender aos magistrados que atuam nas diferentes regiões de Minas Gerais.

Além da comodidade, o juiz Fernando Tamburini apontou que Ubatuba oferece várias opções de lazer aos visitantes. “É uma região privilegiada por suas belezas naturais. A cidade oferece boas praias, diversas outras atrações, além de ótimos bares e restaurantes, com variada gastronomia”, comentou.

O magistrado e a família costumam visitar as praias da Al-

ARQUIVO PESSOAL



Fernando Tamburini com familiares na colônia de Ubatuba

mada e do Estaleiro, que, apesar de serem um pouco distantes da cidade, são ótimas opções de descanso e lazer por sua beleza, águas calmas e infraestrutura.

Fernando Tamburini também costuma frequentar a Praia Grande, onde, do outro lado da rua, está a colônia de férias da Amagis. Entre os passeios favoritos do juiz, estão as visitas a Ilha Bela (SP) e Paraty (RJ), que ficam há cerca de uma hora de Ubatuba. **Veja abaixo algumas sugestões do magistrado.**



### DICAS DO MAGISTRADO

**Restaurantes:** Raízes, Jundu, Jardins e Pizzaria São Paulo

**Praias:** Almada, Estaleiro e Praia Grande

**Passeios:** Ilha Bela (SP) e Paraty (RJ)



OURO MINAS. O HOTEL OFICIAL  
DA AMAGIS EM BELO HORIZONTE.  
Associados AMAGIS têm tarifa especial.

MAIS INFORMAÇÕES:  
(31) 3429-4001 | (31) 99463-4001  
RESERVAS@OUROMINAS.COM.BR  
OUROMINAS.COM.BR

  
OUROMINAS  
HOTEL & EVENTS

# Preconceito aumenta o risco de câncer de próstata

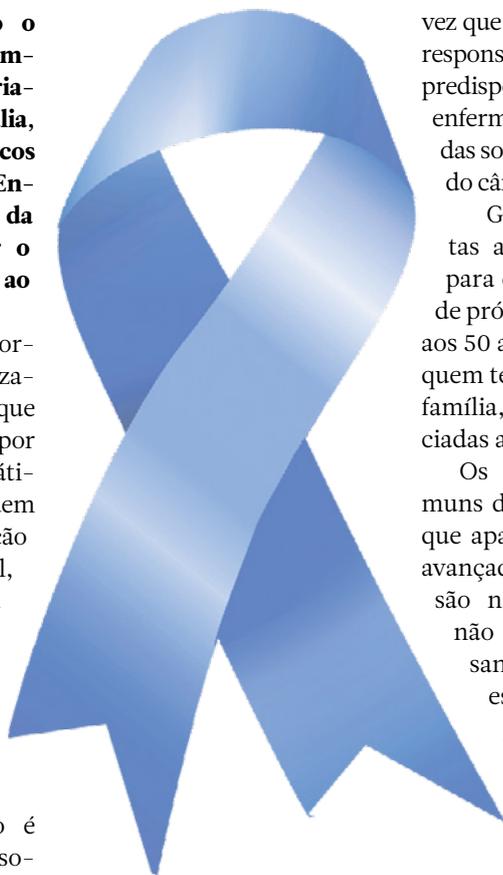
PNGTREE

Neste mês, em todo o mundo, é realizada a Campanha Novembro Azul, criada em 2003, na Austrália, para alertar sobre os riscos do câncer de próstata. Entre os principais desafios da iniciativa, está combater o preconceito com relação ao exame de toque retal.

Alvo de piadas, que reforçam o preconceito, a realização regular do exame de toque retal e o diagnóstico feito por meio do Antígeno Prostático Específico (PSA) podem ser decisivos para a detecção da doença já na fase inicial, evitando complicações na saúde causadas por essa forma de câncer, responsável por cerca de 15 mil mortes a cada ano.

A partir desses exames, caso surja alguma dúvida, a recomendação é de que seja feita uma ressonância nuclear magnética da próstata e, posteriormente, o exame de ultrassom.

Entre os fatores que podem causar a doença, estão a má alimentação, obesidade e os genéticos. Nesse último



caso, é importante o homem ter conhecimento da ocorrência de câncer de próstata relacionada a irmãos, tios e avós, e não somente aos pais, uma

vez que as alterações genéticas responsáveis por uma maior predisposição à incidência da enfermidade não estão ligadas somente à herança direta do câncer de próstata.

Geralmente, as consultas ao médico urologista, para diagnóstico do câncer de próstata, podem começar aos 50 anos. Entretanto, para quem tem casos da doença na família, elas devem ser iniciadas aos 45 anos.

Os sintomas mais comuns do câncer de próstata, que aparecem em fases mais avançadas da enfermidade, são não conseguir ter ou não manter uma ereção, sangue na urina ou no esperma, dor na passagem da urina, na ejaculação, dor lombar, na bacia, nos joelhos e sangramento pela uretra.

Para incentivar a prevenção, neste mês, a Amagis Saúde irá isentar a taxa de coparticipação, de 25%, do usuário do plano que realizar o exame PSA, além de promover ações educativas.

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE  
**LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS**

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE  
**Jair Francisco dos Santos**

DIRETOR DE SAÚDE  
**Edison Feital Leite**

DIRETORA FINANCEIRA  
**Flávia Birchal de Moura**

CONSELHO GESTOR:  
SEGUNDA INSTÂNCIA  
**Edison Feital Leite**  
**Marco Aurélio Ferezini**  
Suplentes  
**Valéria Rodrigues Queiroz**  
**Guilherme Azeredo Passos**

JUIZES DA CAPITAL  
**Flávia Birchal de Moura**  
**Renato Luiz Faraco**  
Suplentes  
**Clayton Rosa de Resende**  
**Cláudia Aparecida Coimbra Alves**

JUIZES DO INTERIOR  
**Elxander Camargos Diniz**  
**Josselma Lopes da Silva Lages**  
Suplentes  
**Fabiano Garcia Veronez**  
**Marcelo Carlos Cândido**

APOSENTADOS  
**Ana Maria de Oliveira Froes**  
**José Nicolau Masselli**

SUPLENTES  
**Maura Angélica Ferreira**  
**José Maria dos Reis**

OUIDOR DA AMAGIS SAÚDE  
**Auro Aparecido Maia de Andrade**

PROJETO GRÁFICO  
**Agência Graffo**

DIAGRAMAÇÃO  
**Publicare Design**

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO  
**Imprimast**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

## CHECK-UP DA AMAGIS SAÚDE

### O que é?

O Programa de Checkup é um benefício oferecido aos usuários da Amagis Saúde, que podem realizar uma bateria completa de exames preventivos, feitos a partir de uma abordagem multiprofissional.

### O check-up tem custos?

Não. Ele é oferecido gratuitamente pela Amagis Saúde.

### Quem tem direito ao benefício?

O check-up pode ser feito por todos os usuários do plano (titulares, dependentes e agregados), que tenham 35 anos ou mais.

### Quando os exames podem ser feitos?

Podem ser realizados em qualquer mês do ano, devendo respeitar o intervalo mínimo de 12 meses entre um check-up e outro.

### É necessária autorização prévia?

Sim. Quando agendar sua consulta, o usuário do plano deve solicitar ao prestador de serviço que peça à Amagis Saúde a autorização prévia.

### Mais informações:

Pelos telefones (31) 3079-3499 (ramal: 3407) ou pelo e-mail [checkup@amagis.com.br](mailto:checkup@amagis.com.br).

## OUTUBRO ROSA

# Autocuidado é aliado importante na prevenção ao câncer de mama

AMAGIS



Com descontração, palestra promovida pela Associação abordou a prevenção contra a doença

De forma descontraída e esclarecedora, a Amagis, Amagis Saúde e a Coordenadoria Amagis Mulheres promoveram, no dia 25 de outubro, a palestra “A importância do autocuidado da mulher”, com a participação da jornalista e escritora Roberta Zampetti e do médico oncologista Roberto Porto Fonseca. O evento fez parte das ações promovidas pela Associação no Outubro Rosa, campanha de prevenção ao câncer de mama.

Na abertura da palestra, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, cumprimentou o vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco dos Santos, e a coordenadora da Amagis Mulheres, juíza Roberta Chaves, pela atividade promovida em favor da saúde das magistradas. “É uma iniciativa importante, que nos

proporciona um momento tão agradável, para falarmos do enfrentamento a questões relacionadas à mulher, à mãe, à esposa, às filhas, às nossas famílias, que são nossos bens mais caros”, afirmou.

A juíza Roberta Chaves agradeceu o apoio recebido para a realização da palestra, e ressaltou a importância do autocuidado para a saúde. “Todos nós estamos envelhecendo, amadurecendo e não devemos deixar o autocuidado para depois”, disse.

### PALESTRA

Ao abordar a importância da prevenção ao câncer, o oncologista Roberto Porto destacou a importância sobre o tema, particularmente em um País como o Brasil, no qual falar dessa doença ainda é um tabu. Segundo o médico, hoje, cerca de 70% dos

cânceres são curados, e as ocorrências da enfermidade que não são resolvidas têm relação com a falta de conscientização das pessoas.

De acordo com o médico, a maior parte dos fatores de risco do câncer de mama podem ser evitados. Por isso, a prevenção primária, que implica hábitos de vida saudáveis (boa alimentação, prática de atividades físicas e melhora na qualidade do sono, entre outros) são essenciais para tentar evitar o desenvolvimento da doença.

Aliada a esses costumes, a prevenção secundária (autoexame, consulta médica regular e a mamografia) possibilita um diagnóstico precoce do câncer. “A cura do câncer de mama é realizável”, afirmou Roberto Porto.

Para a jornalista Roberta Zampetti, é preciso criar

uma cultura do autocuidado no País, sem que isso seja uma forma de egoísmo, pois, na opinião dela, em algum momento da vida todos precisarão do apoio de alguém ou de ajudar outra pessoa.

Na avaliação da jornalista, o autocuidado deve ir além da atenção com a alimentação, atividades físicas e o sono, e abranger também a saúde mental, pois, na percepção dela, o abatimento das pessoas, do paciente, pode ter consequências no tratamento do câncer.

O médico Roberto Porto esclareceu que o câncer, uma doença caracterizada pelo crescimento desordenado das células, tem relação com a imunidade das pessoas. E, segundo o especialista, a tristeza pode afetar a imunidade do paciente, favorecendo o avanço da doença.